

Sustentabilidade Organizacional: um exame a partir da Petrobras

Marlúcia Junger Lumbreras¹

Romeu e Silva Neto²

Grupo de trabalho: ST5 - Questões ambientais e sustentabilidade

Resumo

Acompanhando a tendência das grandes corporações mundiais, a Petrobras, notadamente a partir do início do século XXI, passou a adotar estratégias visando consolidar-se como uma empresa sustentável. Ao longo deste processo, alcançou sucesso, mas também sofreu reveses. O objetivo do presente artigo é discutir os desafios da sustentabilidade em uma empresa que atua no setor de petróleo e gás, diante de um contexto dinâmico. O presente estudo foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica exploratória buscando verificar artigos que abordassem a temática do desenvolvimento sustentável em empresas de petróleo e gás. O exame da Petrobras nos revela que o tripé da sustentabilidade não é equânime. Quando o aspecto econômico é gravemente afetado, torna-se insustentável a manutenção das iniciativas sociais e ambientais, e há a priorização dos aspectos econômicos. Espera-se que o presente trabalho possa contribuir para despertar o interesse pelo assunto, permitindo o aprofundamento do estudo de tema tão complexo.

Palavras-chave: Petrobras. Desenvolvimento Sustentável. Sustentabilidade. *Triple Bottom Line*.

¹ Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) *campus* Itaperuna; Doutoranda em Planejamento Regional e Gestão da Cidade – Universidade Candido Mendes (UCAM).

² Doutor em Engenharia de Produção pela PUC Rio; Professor do Instituto Federal Fluminense

1 Introdução

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, intensificaram-se as ações, buscando o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, principalmente por meio da industrialização dos mesmos, visto que suas economias eram baseadas na exportação de produtos primários. Contudo, ao mesmo tempo em que os países subdesenvolvidos se industrializavam, os países desenvolvidos começavam a discutir questões relacionadas à degradação ambiental provocada pela industrialização em virtude de grandes acidentes ambientais, tais como a contaminação por mercúrio na Baía de Minamata, no Japão (1956), vazamento de isocianato de metila em Bhopal, Índia (1984), explosão do reator nuclear da usina de Chernobyl, Ucrânia (1986), entre outros.

No contexto brasileiro, o processo de industrialização se intensificou a partir da década de 1950 e se consolidou durante a década de 1970. Dentre as muitas iniciativas tomadas para a industrialização, tem-se a criação da Petrobras, empresa fundada em 1953 com a missão de diminuir a dependência brasileira do petróleo importado. Diante da importância da referida empresa, o presente estudo tem o objetivo de discutir os desafios em manter-se como uma empresa sustentável, atuando no setor de petróleo e gás, diante de um contexto dinâmico.

A próxima seção apresenta os procedimentos adotados para a realização da pesquisa e construção do artigo, e a terceira seção aborda o conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Acompanhando a tendência das grandes corporações mundiais, a Petrobras, notadamente a partir do início do século XXI, passou a adotar estratégias visando consolidar-se como uma empresa sustentável. Ao longo deste processo, alcançou sucesso, mas também sofreu reveses. A quarta seção expõe a importância da referida empresa para a economia brasileira; a quinta seção apresenta informações relativas ao processo de ser tornar uma empresa sustentável; e a sexta seção apresenta as considerações finais.

2 Procedimentos metodológicos

O presente estudo foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica exploratória buscando verificar artigos que abordassem a temática do desenvolvimento sustentável em empresas de petróleo e gás.

Tal procedimento foi adotado a partir da leitura do artigo de Hall; Matos e Silvestre (2012), no qual realizaram três estudos de caso, utilizando o paradigma do “*Triple Bottom Line*” e, pautados em dados qualitativos coletados no Brasil, versam sobre a cadeia de abastecimento brasileira de petróleo e gás; a cadeia de fornecimento de etanol brasileira; e a cadeia brasileira de biodiesel.

Como o objetivo do artigo tem foco na cadeia produtiva de petróleo e gás, foi realizada uma investigação na base *Scopus*, limitada à publicação de artigos, a partir das seguintes palavras-chave: ‘*triple bottom line*’ e ‘*oil and gas*’. Foram obtidos 6 artigos para análise, incluindo o artigo citado no parágrafo anterior.

Como o número e, principalmente, o conteúdo dos artigos não permitiam atender aos objetivos do estudo, ampliou-se o levantamento bibliográfico, realizando-se também uma pesquisa documental para subsidiar os aspectos descritivos da pesquisa.

Dando prosseguimento, procurou-se analisar as informações com o intuito de alcançar o objetivo proposto. Vale ressaltar que o presente estudo não abrange todos os aspectos inerentes ao tema, nem ambiciona esgotá-lo. Pretende-se apenas despertar o interesse para o mesmo e a reflexão sobre sua complexidade.

3 Desenvolvimento sustentável

De acordo com Sachs (2008), o desenvolvimento não está estrito ao enfoque social pautado pelo eixo econômico, pois está também relacionado à cultura, e não deve ser confundido com crescimento econômico, visto que este apenas estabelece condição necessária ao desenvolvimento, porém não é suficiente para promovê-lo.

Assim, a partir da publicação do primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990, quando foi introduzido o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), tornou-se incomum apresentar crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, visto que o presente indicador objetiva incorporar outros critérios de aferição, que não o uso privativo da fatura econômica (VEIGA, 2008).

O conceito de desenvolvimento sustentável precede à instituição do IDH, pois aflora, na década de 1980, a partir da publicação do Relatório Brundtland, que o explica com simplicidade, sendo considerado como o desenvolvimento que “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (NOSSO FUTURO COMUM, 1988). Para Sachs, “a adjetivação deveria ser desdobrada em socialmente *includente*,

ambientalmente *sustentável* e economicamente *sustentado* no tempo”. (SACHS, 2008, p.9-10).

Baseando-se na perspectiva de que as empresas precisam contribuir de forma sistemática com a sustentabilidade, Elkington (1994) criou o termo *Triple Bottom Line*, em que argumenta que a sustentabilidade resulta do equilíbrio entre três pilares - ambiental, econômico e social – expondo que os negócios necessitam de mercados estáveis, dispondo de habilidades tecnológicas, financeiras e de gerenciamento, com o intuito de permitir a transição na direção do desenvolvimento sustentável (ELKINGTON, 1994; ELKINGTON, 2001 *apud* SARTORI; LATRONICO; CAMPOS, 2014).

Assim, a partir do final do século XX, foram intensificados os esforços de organizações e nações em prol do desenvolvimento sustentável. Teve início uma série de iniciativas mundiais em prol de um mundo mais sustentável, tais como:

- O Protocolo de Kyoto - tratado internacional com o objetivo de que os países desenvolvidos aceitem o compromisso de reduzir a emissão de gases que intensificam o efeito estufa, com o intuito de atenuar os impactos causados pelo aquecimento global (PROTOCOLO DE KYOTO, 2017);
- O Acordo de Paris - acordo mundial relativo às alterações climáticas, que expõe um plano de ação proposto a limitar o aquecimento global a um valor "bem abaixo" dos 2 °C (CONSELHO EUROPEU, 2017);
- Foram criadas instituições como a *Global Reporting Initiative* (GRI) – que envolve ambientalistas, ativistas sociais e representantes de fundos socialmente responsáveis e desenvolve uma Estrutura de Relatórios de Sustentabilidade aceita por cerca de 1.000 organizações ao redor do mundo (GREEN MOBILITY, 2017);
- As grandes companhias passaram a adotar o discurso da sustentabilidade e a abraçar iniciativas que permitam adequá-las à nova realidade, como o *Triple Bottom Line*.

Para países em desenvolvimento, como o Brasil, o contexto apresenta uma série de desafios e paradoxos. Dentre eles, podemos destacar a necessidade de maior equidade – englobando questões relativas ao emprego, à renda, à qualidade de vida, às oportunidades etc. – ao mesmo tempo em que seja possível preservar os recursos naturais. Ou seja, desenvolver-se com sustentabilidade.

Mesmo considerando que o crescimento sozinho não traz o desenvolvimento, entende-se que, para atingir o desenvolvimento, é necessário haver crescimento. E que a industrialização contribui para o crescimento. No caso brasileiro, o processo de industrialização teve início no século XX, notadamente na segunda metade do referido século, e o setor de petróleo e gás tem sido fundamental para o referido processo ao longo das últimas décadas.

4 Importância do setor de petróleo e gás para o Brasil

De acordo com a ANP (2017), o Brasil é o 10º maior produtor mundial de petróleo e maior produtor da América Latina envolvendo 311 blocos de exploração e produção e 443 campos, geridos por 95 grupos econômicos. Além disso, a indústria de petróleo brasileira representa 11% do PIB industrial (CNI, 2014 *apud* ANP, 2017) e 50 % da oferta interna de energia (ANP, 2017).

A produtiva da indústria do petróleo (Figura 1) apresenta atributos singulares, tais como as atividades de exploração e produção do petróleo (*upstream*); as atividades de transporte e armazenagem; e as tarefas de refino e produção de derivados, distribuição, comercialização e petroquímica (*downstream*). Além de apresentar grandes empresas petrolíferas bastante verticalizadas, frequentemente presentes em todos os segmentos, com o intuito de minimizar os riscos de uma atividade que demanda grandes aportes de capital, e que é extremamente regulada em todo o mundo (DIAS, 2013).

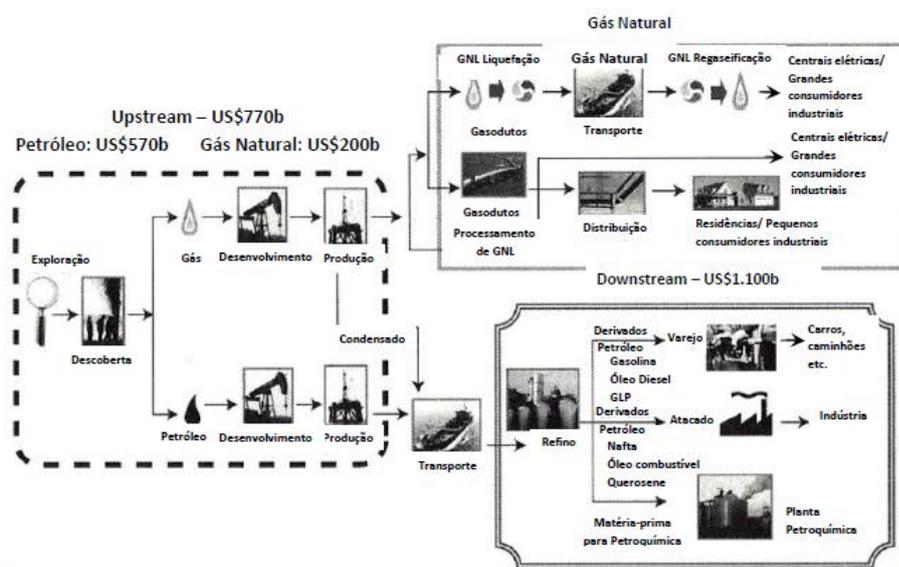


Figura 1. Cadeia Produtiva da Indústria do Petróleo (PINTO JR., H. Q. et al., 2016)

As atividades relacionadas ao setor de petróleo no Brasil se mesclam ao processo de desenvolvimento do país, tendo superado diversos desafios, tais como a crise internacional do petróleo, na década de 1970, que gerou investimento em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia e inovação permitindo ao país explorar e produzir petróleo em águas cada vez mais profundas (IBP, 2017).

Em conjunto, a indústria de petróleo apresenta grande potencial de atração de investimentos, e conseqüentemente, contribui para a economia do Brasil (IBP, 2017). Entretanto, os primeiros anos do século XXI foram marcados por profundas oscilações dos preços de petróleo resultantes de questões técnicas, geológicas, geopolíticas e econômicas. (PINTO JR, 2015). O que aciona a questionamentos relativos à possibilidade de o país ser afetado pela chamada “maldição dos recursos naturais”, expressão utilizada pela economia para demonstrar a relação negativa entre a fartura de recursos naturais, a taxa real de crescimento do PIB e o nível de desenvolvimento socioeconômico (PINTO JR, 2016).

Com o intuito de atenuar e impedir os resultados nocivos da abundância de recursos naturais, são estabelecidas políticas públicas com o objetivo de evitar a sobrevalorização cambial e potencializar o desenvolvimento e a diversificação da indústria, que tenderia a se concentrar nas atividades extrativistas (POMPERMAYER, 2011,). Como exemplos de tais políticas, podemos citar as políticas de conteúdo local – exigências de compras efetivadas em empresas locais, de insumos ou de bens e serviços, pelas organizações de determinado setor produtivo (PIQUET; HASENCLEVER; SHIMODA, 2016) – e a criação de um fundo soberano, como o Fundo Social criado pela Lei nº 12.351/2010, com o propósito de permitir que várias gerações possam se beneficiar da exploração dos recursos do pré-sal. (ANP, 2015). Vieira Filho e Fishlow (2017) apresentam que, em países de industrialização tardia, o processo que torna as economias competitivas baseia-se no progresso técnico e na construção de redes de conhecimento dinâmicas, sendo a indústria de produção de petróleo *offshore* no Brasil um arquétipo da criação e do desenvolvimento de uma rede de conhecimento centrada na companhia (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017).

5. Petrobras: o desafio da sustentabilidade

5.1 A Petrobras e a sustentabilidade

Fundada em 1953, sob a forma de holding, e tendo a União como principal acionista com direito a voto sob propriedade, à Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) foi delegada

a responsabilidade pela pesquisa, lavra, refinação, comércio e transporte do petróleo e de seus derivados, tal como quaisquer atividades associadas a este segmento industrial (MORAIS, 2013).

Até a década de 1990, a Petrobras detinha o monopólio de todas as atividades relacionadas ao seu escopo de atuação. Entretanto, com a promulgação da Lei Nº 9.478/1997 (Lei do Petróleo) e a consequente abertura do setor à iniciativa privada, houve grande expansão do negócio de petróleo no país (RAPPEL, 2011), que gerou um efeito multiplicador, sustentando um fluxo de investimentos, atraindo empresas petrolíferas, contribuindo para o desenvolvimento da indústria nacional de bens e serviços, promovendo a formação de recursos humanos e o desenvolvimento de pesquisas que propiciaram importantes avanços exploratórios, que culminaram com a descoberta de petróleo no pré-sal, em 2007 (ANP, 2015), e com a liderança mundial da companhia em exploração de petróleo em águas profundas e ultraprofundas.

Ao investigar por que as empresas precisam incorporar políticas ambientais e sociais no gerenciamento da cadeia de suprimentos, Hall; Matos e Silvestre (2012) realizaram três estudos de caso aplicando a teoria NK de Kauffman (1993 *apud* Hall; Matos e Silvestre, 2012) e desenvolveram uma matriz de interações (Baldwin; Clark, 1990 *apud* Hall; Matos e Silvestre, 2012) como um modelo para identificar elementos-chave e suas interações que afetam cadeias de suprimento sustentáveis, com a justificativa de haver argumentos recentes, que apontam para a necessidade de compreender relacionamentos complexos entre elementos financeiros, sociais e ambientais nas cadeias de suprimentos. Como já referido anteriormente, os estudos de caso utilizaram dados qualitativos coletados no Brasil e versam sobre a cadeia de abastecimento brasileira de petróleo e gás; a cadeia de fornecimento de etanol brasileira; e a cadeia brasileira de biodiesel.

O presente estudo abordará apenas a cadeia de abastecimento brasileira de petróleo e gás, visto que o objetivo do artigo é discutir os desafios da sustentabilidade do referido setor, notadamente para a Petrobras.

Assim, quando Hall; Matos e Silvestre (2012), aplicando o *Triple Bottom Line*, que leva em consideração três aspectos – ambiental, social e econômico –, realizaram o citado estudo de caso, verificaram que, com relação ao aspecto econômico, a Petrobras desenvolveu a tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas e ultraprofundas, tornando viável e lucrativa tal exploração. Desde modo, transformou-

se em líder mundial neste segmento e na empresa mais lucrativa da América Latina (HALL; MATOS; SILVESTRE, 2012).

Todavia, a partir do segundo semestre de 2014, a indústria de petróleo brasileira passou a sofrer as consequências advindas de mudanças ocorridas no cenário internacional: a expansão das fontes de energia renováveis, o aumento das pressões ambientais e o surgimento de novos *players* na indústria de petróleo e gás natural. Tais fatos compuseram um cenário de incerteza e volatilidade de preços (COLOMER; RODRIGUES, 2015).

Além disso, internamente, a companhia tem sido alvo de investigação no âmbito da operação Lava Jato, que, segundo o Ministério Público Federal (MPF), é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro já realizada no Brasil, em que se calcula que os recursos desviados dos cofres da Petrobras estejam na casa de bilhões de reais (MPF, 2017).

Como resultado, o valor de mercado da Petrobras despencou 94% entre 2008 e 2016, visto que chegou a mais de US\$ 300 bilhões, em 2008, e caiu para menos de US\$ 17 bilhões, no primeiro semestre de 2016. Atualmente, a empresa reconquistou parte de seu valor de mercado, encontrando-se na faixa de US\$ 80 bilhões, em 2017 (FIRJAN, 2017), e recebeu o prêmio “*Corporate Liability Management of the Year*” da revista *LatinFinance*, em janeiro de 2017, em Nova York, por ter sido considerada como a empresa que executou a melhor operação de gestão de dívidas no mercado internacional de capitais em 2016 (PETROBRAS, 2017).

No que tange aos aspectos socioambientais, até o final do século XX, as operações da empresa apresentaram um fraco desempenho, tendo sido palco, inclusive, de diversos acidentes ambientais – como, por exemplo, a explosão da plataforma P-36, em 2001. Contudo, a partir daí, a Petrobras estabeleceu ações consideráveis com o intuito de alcançar altos padrões em controle ambiental. Como resultado, em 2006, a Petrobras passou a figurar no *Dow Jones Sustainability Index*; em 2008, foi reconhecida como a empresa mais sustentável do mundo, pela pesquisa realizada pelo *Management & Excellence*; e o *Goldman Sachs*, em 2007, considerou a companhia uma das quatro líderes da indústria de energia e a única de uma economia emergente (HALL; MATOS; SILVESTRE, 2012).

Atualmente, em virtude do processo de reestruturação desencadeado pela crise (externa e interna), a Petrobras passou a adotar uma estratégia de redução de custos,

o que resultou em uma contração de 55,7% – entre 2015 e 2016 – nos investimentos destinados aos projetos socioambientais (PETROBRASb, 2016).

Quando da realização da pesquisa efetuada por Hall; Matos e Silvestre (2012), a Petrobras era vista como um modelo cooperativo de responsabilidade social, pois pressionava seus fornecedores, especialmente os menores, a obter qualidade em meio ambiente, e certificações antes que pudessem efetivar negócios com a companhia; e estimulou uma bem-sucedida cadeia de fornecimento de petróleo e gás, proporcionando benefícios financeiros para empresas participantes, benefícios sociais para a região, por meio de empregos altamente remunerados, e autossuficiência nacional em petróleo (HALL; MATOS; SILVESTRE, 2012).

No que se refere aos aspectos ambientais, a Petrobras tem procurado manter as iniciativas citadas no parágrafo anterior, pois exige que as empresas fornecedoras apresentem evidências e certificações pertinentes ao cumprimento de normas de segurança, meio ambiente e saúde, bem como declarem que acolhem todos os requisitos, leis e portarias relativas ao tema (PETROBRASb, 2016).

A apropriada aplicação de regras é verificada por meio de uma matriz chamada “Matriz de Risco e Categorização de Escopo”, que relaciona a gravidade e a probabilidade de ocorrência de eventos relacionados: à saúde e segurança da comunidade; à segurança da força de trabalho; à saúde da força de trabalho; ao meio ambiente (derramamento de líquidos, emissões gasosas e resíduos sólidos); ao impacto legal; e à atenção com a imagem da empresa (PETROBRASb, 2016).

Entretanto, no que se refere aos aspectos sociais, a crise afetou severamente a oferta de empregos, como pode ser observado nas Figuras 2, 3 e 4.

A Figura 2 apresenta a evolução do número de empregos no *upstream* – termo utilizado na indústria do petróleo que envolve a parte da cadeia produtiva que abrange as atividades de exploração, desenvolvimento, produção e transporte para beneficiamento.

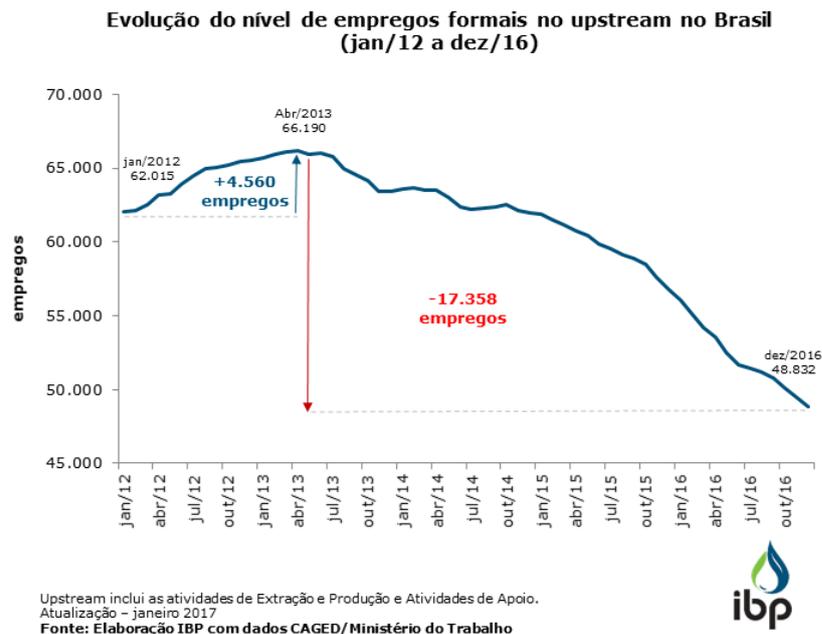
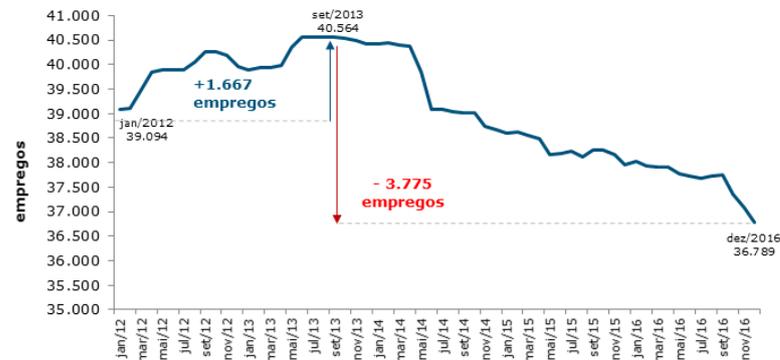


Figura 2. Evolução do número de empregos no *upstream*.

Observa-se que, de janeiro de 2012 a abril de 2013, houve crescimento de aproximadamente 7% no número de empregos no *upstream*. Contudo, a partir daí, observou-se uma forte e constante queda no número de empregos – de 66.190, em abril de 2013, para 48.832, em dezembro de 2016 – ou seja, uma retração de aproximadamente 26%.

A evolução do número de empregos no *midstream* – atividades de refino – pode ser visualizada na Figura 3.

**Evolução do nível de empregos formais no midstream no Brasil
(jan/12 a dez/16)**



Midstream inclui as atividades de Refino, coquearias e produtos de petróleo não refinados.
Atualização - janeiro 2017
Fonte: Elaboração IBP com dados CAGED/Ministério do Trabalho



Figura 3. Evolução do número de empregos no *midstream*.

Apesar de haver oscilações, o número de empregos, entre janeiro de 2012 e abril de 2013, cresceu 4%. Todavia, tal como o setor de *upstream*, o *midstream* apresentou constante diminuição de empregos, principalmente a partir de maio de 2014, chegando a 9% de redução em dezembro de 2016.

O quantitativo de empregos no *downstream* – atividades de transporte, distribuição e comercialização dos derivados do petróleo – também apresentou retração, como pode ser verificado na Figura 4.

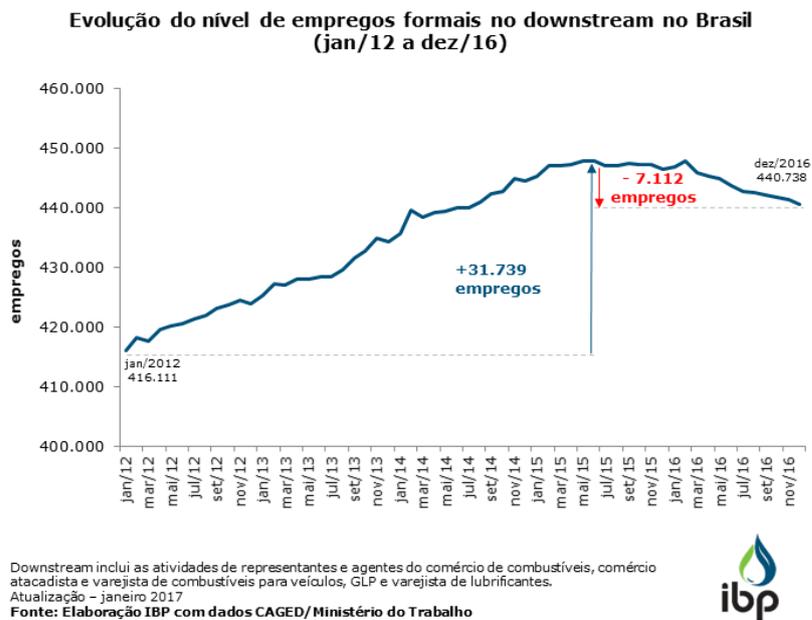


Figura 4. Evolução do número de empregos no *downstream*.

Entretanto, o nível de empregos nas atividades de *downstream* manteve-se crescente até julho de 2015, ou seja, por um período mais longo do que as atividades de *upstream* e *midstream*. Além disso, sofreu uma retração menor, de aproximadamente 1,5%.

Durante o recente período de expansão de emprego no setor de petróleo e gás que vigorou até 2013, houve grande atração de migrantes para a região produtora (principalmente a Bacia de Campos). Contudo, como muitos não possuíam a qualificação necessária para o trabalho no setor, tal fato teve como consequência o crescimento de favelas e outros problemas sociais, que resultaram em pressões para que a empresa desenvolvesse projetos visando conter a imigração e proporcionar oportunidades de fixação do trabalhador nas áreas rurais, por exemplo (HALL; MATOS; SILVESTRE, 2012).

Com a crise mundial do setor de petróleo e gás, e especialmente a partir da crise institucional vivida pela Petrobras, tais problemas tendem a se agravar em virtude do número elevado de desempregados que foram demitidos pela companhia – 9170 já se desligaram pelos Planos de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) 2014/2016, havendo ainda previsão de mais 9670 desligamentos até 2017 (PETROBRASa, 2016) – bem como pelas demais empresas que compõem a cadeia

produtiva do setor de petróleo e gás – desde dezembro de 2014, houve 114.000 desligamentos dos prestadores de serviço (PETROBRASa, 2016).

5.2 Desafios à sustentabilidade

Baseando-se no argumento do *Triple Bottom Line*, que considera ser a sustentabilidade o resultado do equilíbrio entre os três pilares – ambiental, econômico e social –, e tomando como exemplo o caso da Petrobras, podemos observar que ultrapassar a barreira do discurso da sustentabilidade e ser uma empresa realmente sustentável é um grande desafio que não envolve apenas a empresa que se pretende sustentável, mas toda a organização do sistema econômico mundial.

Tendo sido atribuída à Petrobras a missão de diminuir a dependência brasileira do petróleo importado, ao mesmo tempo em que desenvolvia uma gama de empresas capazes de fornecer para o setor, e destinava investimentos e esforços em pesquisa, desenvolvimento e inovação – e deste modo, contribuía para o desenvolvimento do país –, pode-se dizer que a Petrobras foi criada para ser sustentável, já que, desde o início, teve propósitos econômicos e sociais em seu escopo.

Ao enfrentar problemas advindos de acidentes ambientais, ou mesmo a partir da necessidade de restringir os impactos causados por suas atividades, desenvolveu estratégias envolvendo toda a cadeia fornecedora e conseguiu diminuir tais impactos, obtendo inclusive reconhecimento mundial.

Contudo, o bom resultado – econômico, social e ambiental – alcançado pela Petrobras nos primeiros anos do século XXI foi interrompido por fatores internos e externos à companhia. Externamente, de acordo com o IBP, “o colapso dos preços do petróleo, ao fim do último super ciclo das *commodities*, provocou profunda reconfiguração da indústria, em busca da competitividade e rentabilidade perdidas diante da expectativa de que os preços permaneçam baixos por um longo tempo, num cenário *lower for longer* (IBP, 2017, p. 05). Ou seja, o fator **econômico**, que compõe um dos pilares da sustentabilidade, foi fortemente abalado por um agente do ambiente externo sobre o qual a companhia não tem poder de controle.

Internamente, os desvios de dinheiro identificados pela Lava Jato comprometeram a estrutura financeira da Petrobras, mas remetem a uma questão bem mais complexa que envolve também o ambiente externo, que é a institucionalização da corrupção e da impunidade no Brasil. Não se pretende no presente artigo aprofundar tal questão, mas faz-se mister ressaltar que, se houve espoliação do patrimônio da Petrobras, tal

fato não pode ser analisado isoladamente e não está restrito ao ambiente interno da companhia. Contudo, compromete igualmente o aspecto **econômico**.

Desta feita, buscando reverter os efeitos negativos gerados por tais fatores, a Petrobras iniciou um processo de reestruturação que envolve ampla gama de ações, cabendo aqui destacar:

1. Iniciou, em 2017, uma ampla gama de processos de desinvestimentos, que poderá abranger cerca de 30 possíveis desinvestimentos ou parcerias, com o intuito de levantar 21 bilhões de dólares no biênio 2017-2018 (EXAME, 05/06/2017);
2. Passou a endossar o discurso do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) e das petroleiras em prol da redução de índices de conteúdo local, alegando que os preços das empresas brasileiras não são competitivos e que a política de conteúdo local foi mal desenhada (VALOR ECONÔMICO, 26/09/2016);
3. Reduziu milhares de empregos diretos e indiretos;
4. Houve, em apenas um ano, uma retração de 55,7% nos investimentos destinados aos projetos socioambientais.

Como pode ser observado, as ações em destaque priorizam o atendimento do aspecto **econômico**, em detrimento dos aspectos **sociais** e **ambientais**, visto que, ao implementar um programa de desinvestimentos e, principalmente, ao incentivar a redução da contratação de empresas nacionais, a companhia se desobriga de seu compromisso com o desenvolvimento brasileiro e com a minimização dos efeitos que podem levar o País a ser afetado pela “maldição dos recursos naturais”, e procura atender, prioritariamente, aos interesses dos acionistas, ou seja, menospreza o aspecto **social**.

Outrossim, ao reduzir drasticamente o número de empregos, bem como os investimentos em projetos socioambientais, desprestigia os aspectos **sociais** e **ambientais**.

Sendo assim, o exame da Petrobras nos revela que o tripé da sustentabilidade não é equânime. Quando o aspecto **econômico** é gravemente afetado, torna-se insustentável a manutenção das iniciativas **sociais** e **ambientais**, e há a priorização dos aspectos **econômicos**.

6. Consideração Finais

A concretização do desenvolvimento sustentável, bem como da sustentabilidade organizacional não é tarefa trivial e requer que sejam adotadas medidas que rompam com padrões estabelecidos e construídos ao longo de séculos de história.

Ao longo do presente artigo, procurou-se assinalar alguns pontos, que carecem de serem aprofundados, em torno do discurso da sustentabilidade, por meio do exame da Petrobras, que, recentemente, de empresa admirada, passou a ser criticada nos dois últimos anos, mas que vem conseguindo uma recuperação considerada pelo “mercado” como excepcional.

O controverso tema merece ser tratado com maior rigor científico e menos ‘censo comum’. Espera-se que o presente trabalho possa contribuir para despertar o interesse pelo assunto, permitindo o aprofundamento do estudo de tema tão complexo.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS (ANP). **Petróleo e Estado**. Rio de Janeiro: ANP, 2015.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS (ANP). **A retomada do setor de petróleo e gás**. Rio de Janeiro: ANP, 2017.

COLOMER, M.; RODRIGUES, N. Impactos macroeconômicos da crise na indústria de petróleo no Brasil. **Boletim Infopetro**, ano 15, n. 4, p. 49-53, 2015.

CONSELHO EUROPEU. **Acordo de Paris sobre as alterações climáticas**. Disponível em: <<http://www.consilium.europa.eu/pt/policies/climate-change/timeline/>>. Acesso em: 12 out 2017.

DIAS, G. G. **Mudança institucional e desenvolvimento**: o caso da indústria do petróleo no Brasil. 2013. 205 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 205 f.

ELKINGTON, J. Towards the sustainable corporation: win-win-win business strategies for sustainable development. **California Management Review**, v. 36, n. 2, p. 90-100, 1994.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **Anuário da indústria de petróleo no Rio de Janeiro: panorama 2017**. Rio de Janeiro: Sistema FIRJAN, 2017.

GREEN MOBILITY. **O que é Global Reporting Initiative (GRI)?** Disponível em: <<https://greenmobility.wordpress.com/2008/07/23/o-que-e-gri/>>. Acesso em: 12 out. 2017.

HALL, J., MATOS, S.; SILVESTRE, B. Understanding why firms should invest in sustainable supply chains: a complexity approach. **International Journal of Production Research**, v. 50, n. 5, p.1332-1348, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS (IBP). **Agenda da Indústria de Petróleo, Gás e Biocombustíveis 2017**. Rio de Janeiro: IBP, 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **Caso Lava Jato**. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/entenda-o-caso>>. Acesso em: 11 out. 2017.

MORAIS, J. M, de. **Petróleo em águas profundas: uma história tecnológica da Petrobras na exploração e produção offshore**. Brasília: Ipea: Petrobras, 2013.

NOSSO FUTURO COMUM (Relatório Brundtland). **Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

PETROBRASa. **Plano Estratégico – Plano de Negócios e Gestão 2017-2021**. Rio de Janeiro: Petrobras, setembro de 2016.

PETROBRASb. **Relatório de Sustentabilidade 2016**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2016.

PETROBRAS. **Fatos e dados: somos a empresa com a melhor operação de gestão de dívida em 2016**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2017. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/somos-a-empresa-com-a-melhor-operacao-de-gestao-de-divida-em-2016.htm>>. Acesso em: 13 out. 2017.

PETROBRAS prevê 30 desinvestimentos e parcerias ainda em 2017. **Revista Exame**. 05 jun. 2017. Disponível em:

<<https://exame.abril.com.br/negocios/petrobras-preve-30-desinvestimentos-e-parcerias-ainda-em-2017/#>>. Acesso em: 16 out. 2017.

PINTO JÚNIOR., H. Q. O novo contexto do mercado internacional do petróleo e seus impactos para o Brasil. **Boletim Petróleo, Royalties e Região**, Campos dos Goytacazes, RJ, ano 13, n. 50, dez. 2015.

PINTO JÚNIOR., H. Q. et al. **Economia da Energia: fundamentos econômicos, evolução histórica e organização industrial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

PIQUET, R.; HANSENCLEVER, L.; SHIMODA, E. O desenvolvimento e a política de conteúdo local na indústria petrolífera: visões divergentes. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v.12, p. 45-58, 2016.

POLÍTICA atual de conteúdo local faz mal ao Brasil, diz Parente. **Jornal Valor Econômico**. 26 set. 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/4725803/politica-atual-de-conteudo-local-faz-mal-ao-brasil-diz-parente>>. Acesso em 16 out. 2017.

POMPERMAYER, F. M. Modelo norueguês de desenvolvimento da cadeia de fornecedores da indústria do petróleo e sua aplicabilidade ao Brasil. **Radar nº 17**. IPEA, dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/radar/temas/industria/288-radar-n-17-modelo-noruegues-de-desenvolvimento-da-cadeia-de-fornecedores-da-industria-do-petroleo-e-sua-aplicabilidade-ao-brasil>>. Acesso em: 09 out. 2017.

PROTOCOLO DE KYOTO. **Protocolo de Kyoto**. Disponível em: <<http://protocolo-de-kyoto.info/>>. Acesso em: 12 out. 2017.

RAPPEL, E. A exploração econômica do pré-sal e os impactos sobre a indústria brasileira de petróleo. In: PIQUET, Rosélia (Org.). **Mar de Riqueza, Terras de Contrastes: o petróleo no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X/ Faperj, 2011.

SACHS, I. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond. 2008. p. 9-12.

SARTORI, S.; LATRONICO, F.; CAMPOS, L. M.S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 1-22, mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 out. 2017.

VIEIRA FILHO, J. E. R.; FISHLOW, A. **Agricultura e indústria no Brasil**: inovação e competitividade. Brasília: Ipea, 2017.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond. 2008. p. 9-12.